



Requerimento para mudança de dados do titular de licença ambiental

1) Objeto do requerimento:

- ☒ Atualização de razão social de um ou mais responsável da licença;
- ☐ Compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;
- ☒ Transferência de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;
- ☐ Transferência + compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;

2) Para alteração da titularidade do detentor da licença ambiental, por compartilhamento e/ou transferência, informar

Número da solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) ou Número do Processo Administrativo (Sistema de Requerimento ou SIAM – processo físico/híbrido):

Número do certificado de licença: **3283/2022** emitido em **02/09/2022**

Nome do Empreendimento caracterizado na licença: **Combustíveis Santa Monica Ltda**
CNPJ: 26.336.092/0001-79

Informações do(s) transmissor(es)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	Combustíveis Santa Monica Ltda	26.336.092/0001-79	100%
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			



Informações do(s) receptor(es)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	Rede ED+ Parque Sabia Ltda Av. Anselmo Alves dos Santos nº 1768- Anexo Posto Santa Monica – Uberlândia- MG	57.552.576/0001-89	100%
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Justificativa para o requerimento: _____

ATENÇÃO: Caso já exista requerimento de transferência ou compartilhamento para a mesma licença ambiental, o interessado deve sempre reabrir o mesmo processo SEI de forma que toda a documentação esteja disponível para consulta do histórico de alteração.

Anexo a este formulário, deverá ser apresentado:

- 1) Termo de Responsabilidade de que o projeto licenciado não foi alterado sem prévia aprovação do órgão ambiental;
- 2) Comprovante de pagamento de Taxa de Expediente, conforme Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017, para emissão de 2ª via de certificado, recolhida por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE –, disponível no endereço <http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/executeReceitaOrgaosEstaduais.action>;
- 3) Documento de Arrecadação Estadual – DAE – contendo as informações: Órgão Público: Secretaria Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Serviço do Órgão Público: Segunda via de certificado; Informações complementares: Número da solicitação SLA (INSERIR NÚMERO COMPLETO DA SOLICITAÇÃO QUANDO INTRUÍDO NO SLA); Número do processo administrativo vinculado à licença ambiental (INSERIR



NÚMERO DO PROCESSO); Transferência/compartilhamento de responsabilidade de licença ambiental ou atualização de razão social;

- 4) Documento comprobatório da nova condição de titularidade (contrato de compra e venda, contrato de arrendamento, contrato de aluguel, etc.), em caso de transferência;
- 5) Contrato Social do(s) novo(s) titular(es) da licença (pessoa jurídica) ou documentos de identificação pessoal (pessoa física);
- 6) Procuração ou documento equivalente, acompanhado do documento de identificação do requerente (representante do empreendedor), quando o requerimento for realizado por empregado ou consultor das partes envolvidas (atual ou novo titular da licença ambiental), e;
- 7) *Termo de compartilhamento e/ou transferência de responsabilidades advindas da licença*, contemplando localização e limites de atuação por CPF/CNPJ (informação geoespacial), denominação da parcela do empreendimento vinculada a cada pessoa física ou jurídica, bem como as obrigações, atividades, parâmetros e condicionantes atribuídas para cada CPF/CNPJ, conforme modelo disponibilizado no site da Semad;

3) Para atualização da razão social referenciada no Certificado de licença ambiental, informar:

Número da solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) ou Número do Processo Administrativo (Sistema de Requerimento ou SIAM – processo físico/híbrido):

Número do certificado de licença: **3283/2022- LAS CADASTRO** _____

Nome do Empreendimento caracterizado na licença: **Combustíveis Santa Monica Ltda** _____

Item	Razão social referenciada no certificado de licença ambiental	CPF/CNPJ	Nova identificação da razão social
1	Combustíveis Santa Monica Ltda =Av. Anselmo Alves dos Santos nº1768- B. Santa Monica - Uberlândia - MG	26.336.092/0001-79	Rede ED+ Parque Sabia Ltda CNPJ:57.552.576/0001-89 Av Anselmo Alves Dos Santos Nº1768- Anexo Posto- B. Santa Monica -Uberlândia - MG
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			



Anexo a este formulário, deverá ser apresentado:

- 1) Comprovante de pagamento de Taxa de Expediente, conforme Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017, para emissão de 2ª via de certificado, recolhida por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE –, disponível no endereço <http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/executeReceitaOrgaosEstaduais.action>;
- 2) Documento de Arrecadação Estadual – DAE – contendo as informações: Órgão Público: Secretaria Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Serviço do Órgão Público: Segunda via de certificado; Informações complementares: Número da solicitação SLA (INSERIR NÚMERO COMPLETO DA SOLICITAÇÃO QUANDO INTRUÍDO NO SLA); Número do processo administrativo vinculado à licença ambiental (INSERIR NÚMERO DO PROCESSO); Transferência/compartilhamento de responsabilidade de licença ambiental ou atualização de razão social;
- 3) Procuração ou documento equivalente, acompanhado do documento de identificação do requerente (representante do empreendedor), quando o requerimento for realizado por empregado ou consultor das partes envolvidas (atual ou novo titular da licença ambiental), e;
- 4) Contrato social referente à alteração (atualizado), para processos não formalizados no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA. Caso o requerimento esteja vinculado à licença emitida no SLA, o interessado deverá anexar a atualização já no Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas (CADU), do Portal Ecossistemas, *não sendo necessário seu envio através do SEI.*

___Uberlândia___, 07 de janeiro de 2025___

(Local e data)

Assinatura do requerente

Transferência de Responsabilidade de Licença Ambiental

À

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (COPAM / TRIÂNGULO)

Sr. Bruno Neto de Avila.

DD: Superintendente/Coordenadora do NARC / COPAM

Praça Tubal Vilela nº 03 Bairro: Centro

CEP:38400-186 – UBERLÂNDIA – MG

1 – Introdução.

Transferência de Licença Ambiental Responsável pelo Uso.

2 - Objetivo.

Transferência de titularidade ambiental **Combustíveis Santa Monica Ltda** , CNPJ: 26.336.092/0001-79, Certificado LAS CADASTRO Nº 3283/2022, para sucessor **Rede ED+ Parque Sabia Ltda – CNPJ: 57.552.576/0001-89.**

- a. **Localização da licença a ser transferida:** Av. Anselmo Alves dos Santos Nº1768- anexo Posto Bairro Santa Monica, Município de Uberlândia / MG - Cep: 38.408-097.
Coordenadas (Latitude -18.9154) (Longitude -48.2354)



Imagem 01: Localização do empreendimento. Fonte: Google Earth Pro,.

- b. Arquivo em Shapefile (em anexo).
- c. A atividade a ser executada será a mesma na Licença Ambiental vigente no modelo LAS CADASTRO, Código F-06-01-7 – Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos de combustíveis de aviação (Parâmetro: Capacidade de armazenagem: 60m³) com critério locacional zero, enquadrada na DN Copam nº.217 de 2017.
- d. As condicionantes serão responsabilidade do novo empreendimento **Rede ED+ Parque Sabia Ltda**, que deverá manter atualizados os seguintes documentos: Teste de Estanqueidade, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e outros documentos pertinentes conforme legislação Federal, Estadual e Municipal para o funcionamento.
- e. Endereço para e-mail: dinizsolucoes@gmail.com; Consultoria Ambiental. Telefone para Contato: 34-99978-3373 (Eduardo Diniz) e Telefone da pessoa Jurídica sucessora 34-99184-0134 (Marcos Gomes da Silva Junior).
- f. A responsabilidade Jurídica da empresa sucessora é do sócio Marcos Gomes da Silva Junior CPF: 093.408.536-60, sendo o Sócio Administrador Conforme Contrato Social em Anexo.
- g. Conforme Procuração em anexo, a pessoa Jurídica **Combustíveis Santa Monica Ltda**, passa ao empreendimento **Rede ED + Parque Sabia Ltda**, através do Sr. Marcos Gomes da Silva Junior CPF: 093.408.536-60 os direitos como procurador ao direito legal da licença originalmente vigente. O licenciamento foi realizado via Portal Ecossistemas, sendo assim foi realizado o Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas – Cadu.
- h. A licença ambiental transferida de responsabilidade não terá modificações ou ampliações.

- i. A licença ambiental quando do vencimento será executada pelo responsável legal, pessoa jurídica **Rede ED+ Parque Sabia Ltda** , conforme contrato social.
- j. O novo Titular da Licença será **Rede ED+ Parque Sabia Ltda, CNPJ 57.552.576/0001-89** com seu Sócio, Administrador e responsável legal Sr. Marcos Gomes da Silva Junior CPF: 093.408.536-60
- k. Não haverá compartilhamento de licença ambiental com outro responsável, a mesma será administrada por seu responsável legal conforme contrato social.

Uberlândia , Minas Gerais, 07 de janeiro de 2025.

Combustíveis Santa Monica Ltda
CNPJ: 26.336.092/0001-79
Transmissor

Rede ED + Parque Sabia Ltda
CNPJ:57.552.576/0001-89
Receptor

Processo nº 2090.01.0001047/2025-20

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2025.

Procedência: Despacho nº 15/2025/FEAM/URA TM - CAF NAO

Destinatário(s): BRUNO NETO DE AVILA

Assunto: Transferência /Compartilhamento LICENÇA AMBIENTAL REFERENTE PROCESSO
Nº 3283/2022

DESPACHO

Considerando que o empreendedor **COMBUSTÍVEIS SANTA MONICA LTDA**, CNPJ **26.336.092/0001-79**, município de Uberlândia- MG, solicitou Licença LAS CADASTRO, Classe 2, para a atividade: **Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação**, por meio do processo nº: **3283/2022**.

Considerando que o empreendedor solicitou a transferência/compartilhamento da licença outrora concedida, mediante peticionamento no processo **SEI 2090.01.0001047/2025-20**, e toda documentação foi analisada e está de acordo para a solicitação pretendida.

A transferência da licença supracitada, envolve, na condição de transmissor e de receptor, conforme tabelas abaixo:

Informações do(s) transmissor (es)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	COMBUSTÍVEIS SANTA MONICA LTDA	26.336.092/0001-79	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

Informações do(s) receptor(s)

--

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	REDE ED+ PARQUE SABIA LTDA.	57.552.576/0001-89	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

SUGERIMOS, favoravelmente a alteração da licença emitida em 02/09/2022 - CERTIFICADO N° 3283/2022 LICENCIAMENTO AMBIENTAL LAS CADASTRO para o empreendedor **REDE ED+ PARQUE SABIA LTDA.**, 57.552.576/0001-89, município de Uberlândia - MG.

Jaqueline Ramos da Silva

Técnico ambiental - Núcleo de Apoio Operacional

Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- FEAM



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Ramos da Silva**, Servidor(a) Público(a), em 05/02/2025, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **106863058** e o código CRC **61F31FF4**.

Referência: Processo nº 2090.01.0001047/2025-20

SEI nº 106863058

CERTIDÃO

CERTIDÃO DE TRANSFERÊNCIA E/OU COMPARTILHAMENTO DE RESPONSABILIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM, no uso de suas atribuições, com suporte no art. 4º, inciso V da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, bem como no art. 51, §1º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, atesta a TRANSFERÊNCIA da Licença Ambiental LAS CADASTRO nº **3283/2022** e das obrigações dela advindas, referente ao empreendimento **COMBUSTÍVEIS SANTA MONICA LTDA.**

A TRANSFERÊNCIA da licença supracitada, envolve, na condição de transmissor ou de receptor, as (PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS ABAIXO/PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS) conforme tabelas abaixo:

Informações do(s) transmissor (es):

Item	Nome/ Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença.
1	COMBUSTÍVEIS SANTA MONICA LTDA	26.336.092/0001-79	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

Informações do(s) receptor(s):

Item	Nome/ Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença.
1	REDE ED+ PARQUE SABIA LTDA.	57.552.576/0001-89	Transferência integral do objeto da licença empreendimento. Av. Anselmo Alves dos Santos nº 1768- Anexo Posto Santa Monica – Uberlândia- MG

O Termo de compartilhamento e/ou transferência de responsabilidade de licença ambiental que instruiu o pedido que resultou na emissão da presente certidão foi apresentado por **REDE ED+ PARQUE SABIA LTDA.**, CPF/CNPJ **57.552.576/0001-89** e se encontra disponível para consulta no Processo SEI **2090.01.0001047/2025-20**.

Este documento assegura ao(s) novo(s) responsável (eis) a isenção das taxas relativas à emissão de 2ª via de certificado da licença ambiental, tão logo a funcionalidade de alteração de titularidade esteja disponível no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA.

Bruno Neto de Ávila

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Neto de Ávila, Chefe Regional**, em 05/02/2025, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **106864353** e o código CRC **4B0129A3**.

Referência: Processo nº 2090.01.0001047/2025-20

SEI nº 106864353

Data de Envio:

05/02/2025 17:03:16

De:

FEAM/Institucional <nao.tm@meioambiente.mg.gov.br>

Para:

dinizsolucoes@gmail.com

Assunto:

LAS CADASTRO - LAS CADASTRO nº 3283/2022 - REDE ED+ PARQUE SABIA LTDA.

Mensagem:

Prezado,

Segue anexo o certificado atualizado do LAS CADASTRO nº 3283/2022 - REDE ED+ PARQUE SABIA LTDA., conforme processo SEI 2090.01.0001047/2025-20.

ESSE EMAIL NÃO DEVE SER RESPONDIDO

Atenciosamente,

Jaqueline Ramos da Silva- técnico ambiental- FEAM- URA- TM

Anexos:

Formulario_de_Protocolo_106418806.html

Certidao_106864353.html

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Márcio da Silva Pinto, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 407/2024, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 13/12/2024, tendo em vista o disposto no artigo 225 Parágrafo único da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA e CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, a servidora CÍCERA L. S. LEAL, MASP 1.2xx.2x7 - 5, Analista Executivo de Defesa Social - Assistente Social, lotada na Penitenciária de Patrocínio I, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Avenida Londrina, nº 1.175, Bairro Veneza - Cidade: Ipatinga CEP: 35164-291 E-mail: nucadrisp12@gmail.com, nos dias úteis, das 08:00 às 16:00 horas, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ela atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, condutas estas que, se comprovadas, remetem ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V e VI e/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, todos da Lei 869/52, estando sujeita a uma das penalidades descritas no artigo 244, incisos I ou III do referido Diploma Estatutário, sob pena de REVELIA e designação de defensor “ex-officio”: CÍCERA L. S. LEAL, MASP 1.2xx.2x7 – 5 - PROCESSADA NO PAD Nº 407/2024, Ipatinga, 13 de fevereiro de 2025

Márcio da Silva Pinto
MASP 1.101.78-4
Presidente da Comissão Processante

13 2043666 - 1

PORTARIA SEJUSP Nº 08, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.

Constitui comissão para orientar e normatizar a Gestão documental da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O SECRETARIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 93, §1º, inciso III, da Constituição do Estado; pelo art. 34 da Lei nº 24.313/2023; pelo Decreto nº 48.659/2023, do disposto no Decreto Estadual nº46.398/2013 que Institui instrumentos de gestão de documentos no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo, e CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, do Decreto n.º 40.186/1998, que determina aos dirigentes de órgãos do Poder Executivo Estadual que constituam Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo, que terão a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação daqueles destituídos de valor probatório e informativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º – Compete à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo, além das determinações constantes no Decreto n.º 40.186/98, as seguintes tarefas:

I – elaborar diagnóstico acerca da atual situação da gestão documental na SEJUSP;

II – orientar e realizar o processo de análise e seleção dos documentos produzidos e acumulados nos arquivos das diversas Unidades da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação daqueles destituídos do valor probatório e informativo;

III – propor método de arquivamento, voltados ao melhor aproveitamento do espaço físico e virtual disponível para arquivos da SEJUSP;

IV – submeter-se às instruções de procedimentos expedidas pelo Conselho Estadual de Arquivos – CEA, nos termos do Decreto nº 40.186/98, adequadas às diversas categorias de documentos sob análise.

Art. 3º – A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo será composta pelos servidores abaixo relacionados:

I - Thayssa Monique Almeida Fidelis, em exercício no Gabinete MASP 11936069, que a presidirá;

II - João Henrique Ferreira dos Santos, em exercício na SULOT, MASP 1457848-8;

III -Lorrayne Gomes dos Santos, em exercício na SULOT, MASP 1.383.590-5;

IV - Gilberto Wagner Castro, em exercício na CSET, MASP 1.079.093-9;

V - Sônia de Lourdes Ferreira Nascimento, em exercício na NUCAD, MASP 1.258.387-8;

VI - Márcia Moreira Lima Prouença, em exercício na AGPPP, MASP 1176117-8.;

VII - Cibele Raimunda de Souza, em exercício na AGPPP, Matrícula 65.021-2;

VIII - Macerlândio Rodrigues Santos, em exercício na Diretoria do Centro Integrado de Comando e Controle - SUINT, MASP 1458195-3;

IX - Roberta Mazzaro Reis, em exercício pela Superintendência de Gestão Integrada de Fundos e Ativos, MASP 1601334-4.

X - Frederico Rodrigues Ladeira de Carvalho, em exercício na Assessoria Jurídica, MASP 1369502;

XI - Ludmila Braga Ferreira, em exercício na Assessoria Jurídica, MASP 1394381-6;

XII - Eric Freitas Shymnier, em exercício na SUASE, MASP 1236519-3;

XIII - Janaina Souza Furtado, em exercício na SUASE, MASP 1.103.629-0;

XIV - Edilamar Maria da Silva, em exercício na SUASE, MASP 1062202-5;

XV - Anna Carolina Marotta de Oliveira Menezes, em exercício na SUPEC, MASP 7530553

XVI - Adriana Aparecida Rodrigues, em exercício na SUPEC, MASP 12006565;

XVII - Marielli Carolina Cardoso Gregório, em exercício na SUPEC, MASP 1377146-4;

XVIII - Ana Cristina Lafeté Pinheiro, em exercício na SUPEC, MASP 13934955;

XIX - Sônia Maria de Paula, em exercício na SUPEC, MASP 13525712;

XX - Fabiana Almeida Santiago, em exercício na SUPEC - MASP 14565469;

XXI - Regiane Barbosa Santos Rosa, em exercício no Gabinete Depen, Matrícula 69438-8

XXII - Juliana Alcântara de Assis, em exercício no Gabinete Depen, MASP 13.650148;

XXIII - Lilian Rosa Queiroz Dias, em exercício na AAADM - MASP 1213970-5

XXIV - Sildete Borges Braga, em exercício na SUPOD - MASP 9292475;

XXV - Valéria Vieira Castro, em exercício na SULOT - MASP 9296260;

XXVI - Rafael Beló Barbosa, em exercício no Gabinete Adjunto/ Núcleo dos Conselhos, MASP 1450431-0;

XXVII - Amanda Cristina de Paula Campos, em exercício no Gabinete Adjunto/Núcleo dos Conselhos, Matrícula: 77582-3.

CAPÍTULO II

AÇÕES DA COMISSÃO

Art. 4º – Será responsabilidade do presidente da comissão a marcação de reuniões e condução dos trabalhos.

Art. 5º – A Comissão terá 90 (noventa) dias para a conclusão das tarefas listadas no Art. 2º, devendo elaborar e apresentar ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública relatório final de seus trabalhos.

Art. 6º – Compete à Comissão decidir pelo convite ou a convocação de outros servidores/setores para prestarem auxílio técnico, quando julgarem necessário.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º Os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo cumprirão mandato por período indeterminado, podendo ser substituídos a qualquer tempo, e sua atuação na comissão não ensejará remuneração.

Art. 8º Fica revogada a Portaria SEJUSP Nº 04/2022.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 2047134 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Guilherme Rasmussen Codinho, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da PORTARIA/ NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 003/2024, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 12 de janeiro de 2024, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, INTIMA o Policial Penal, ITALO C. C. ALVES - MASP 1.339.xxx-4, durante 08 (oito) publicações consecutivas, o processado abaixo relacionado pelo presente mandado, para querendo comparecer à audiência das testemunhas a ser realizada em 25/03/2025 (terça-feira) às 09h00 e 09h30min, bem como para seu INTERROGATORIO que será realizado também no dia 25/03/2025 (terça-feira) às 10h00 por modalidade de videoconferência através da sala de reuniões do Google Meet no link (https://meet.google.com/jaa-kqku-ddd), ficando a comissão à disposição através do endereço de e-mail: nucad13@gmail.com, para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Neste ato, fica o processado ciente que poderá constituir procurador para acompanhá-lo as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988. ITALO C. C. ALVES - MASP 1.339.xxx-4, Admissão 1, Policial Penal.

Barbacena, 13 de fevereiro de 2025
Guilherme Rasmussen Codinho
Mas: 1.379.045-6
Presidente da Comissão

13 2043678 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Guilherme Rasmussen Codinho, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado instaurado por meio da PORTARIA/ NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 028/2024, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 08 de agosto de 2024, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, INTIMA o ex-prestador de serviços, na função de Agente de Segurança Penitenciário WILLIAM G. S. JUNIOR - MASP 1.536.xxx-2, pelo prazo de 20 dias, o processado abaixo relacionado pelo presente mandado, para querendo comparecer à audiência das testemunhas a ser realizada em 27/03/2025 (quinta-feira) às 09h00 e 09h30min, bem como para seu INTERROGATORIO que será realizado também no dia 25/03/2025 (terça-feira) às 10h00 por modalidade de videoconferência através da sala de reuniões do Google Meet no link (https://meet.google.com/cij-vnbg-abh), ficando a comissão à disposição através do endereço de e-mail: nucad13@gmail.com, para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Neste ato, fica o processado ciente que poderá constituir procurador para acompanhá-lo as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988. WILLIAM G. S. JUNIOR - MASP 1.536.xxx-2. Admissão 1, ex-prestador de serviços, na função de Agente de Segurança Penitenciário.

Barbacena, 13 de fevereiro de 2025
Guilherme Rasmussen Codinho
Mas: 1.379.045-6
Presidente da Comissão

13 2043689 - 1

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a):

MASP 1448521-3, RUAN RICARDO AGUIAR BARBOSA, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de Jequitinhonha, para o Presídio de Pedra Azul, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0029082/2025-54.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2025.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a):

MASP 1599154-0, IGOR GABRIEL DA SILVA, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de Santa Vitória, para o Presídio de Tupaciguara, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0029995/2025-41.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2025.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a):

MASP 1296769-1, MARCELO MALLARD CHAVES, referente ao cargo efetivo Agente de Segurança Socioeducativo, da Coordenação de Planejamento Psicopedagógico, para a Academia Estadual de Segurança Pública, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0027599/2025-34.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2025.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a):

MASP 1236231-5, ILTON LIMA DO AMARAL referente ao cargo efetivo Assistente Executivo de Defesa Social - Auxiliar Administrativo, da Diretoria de Captação e Gestão, para a Diretoria de Gestão Integrada de Fundos, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0024621/2025-27.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2025.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor:

MASP 1212937-5, KELI CRISTINA DOS SANTOS COSTA, referente ao cargo efetivo Assistente Executivo de Defesa Social - Auxiliar Administrativo, da Penitenciária de Três Corações, para o Presídio de Alfenas, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0017330/2025-71.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2025.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 2047516 - 1

ATO 172/2025 - AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMAÇÃO. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023 e em cumprimento à decisão proferida em sede do Processo Judicial nº 5009612-86.2024.8.13.0521, concede afastamento ao contratado temporário BRUNO VAZ CORREA, Masp1573649 / 9, PP, para participar Curso de Formação Profissional – CFP 2024/2025 para o cargo de Guarda Civil Municipal de Santa Luzia/MG, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2022, a partir de 14/11/2024, sem prejuízo da remuneração.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 2047057 - 1

ATO 191/2025 - AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMAÇÃO. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023 e em cumprimento à decisão proferida em sede do Mandado de Segurança nº1.0000.25.049593-4/000, concede afastamento ao servidor FELIPE GUERRA VITAL DE LIMA, MASP: 1483280/2, PP, para participar do Curso de Formação Profissional para o cargo de Inspetor de Polícia de 6ª Classe do Estado do Rio de Janeiro/ RJ, conforme Edital de Abertura nº 01, de 23 de setembro de 2021, a partir de 10/02/2025, sem remuneração.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2025

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 2047307 - 1

ATO 186/2025 – ATO DE RETIFICAÇÃO DE AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMAÇÃO. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, pelo art. 34, do Decreto nº 48659, de 28/07/2023, RETIFICA O ATO de Afastamento para Curso de Formação Profissional, em cumprimento ao Mandado Segurança nº 5152765-19.2024.8.13.0024, referente ao contratado: Masp 1479691 / 6, MARCELO ANTONIO DA SILVA, publicado em 08/01/2025:

Onde se lê: sem prejuízo da remuneração,
Leia-se: com prejuízo da remuneração.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2025

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 2047074 - 1

ATO 176/2025 RETIFICA-RESOLUÇÃO DE PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE.

Retifica na publicação da Resolução SEJUSP Nº 170 de 31 de janeiro de 2025, publicada em 10/02/2025, em favor do servidor Paulo Henrique Gonçalves Mangia Maciel, MASP: 1448988/4, a vigência, em virtude de erro material.

Onde se Lê: Vigência - 28/01/2024

Leia-se: Vigência : 28/01/2025.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 2047268 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/ PDS Nº 003/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 26 de janeiro de 2023, bem como no Parecer nº 131/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD_PROC/2025, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 15 (quinze) dias à processada EMANUELA CARLA TEMOTEO XAVIER - MaSP 1.494.332-8, desligada do contrato de trabalho temporário no cargo de Policial Penal, admissão 2, lotada no Presídio de Tupaciguara I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, inciso V, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada e do(a) advogado(a) Bruna Borges Silva OAB/MG 155.099. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 24 de fevereiro de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

24 2047375 - 1

ATO 185/2025 - TORNA SEM EFEITO CONCESSÃO DE PROGRESSÃO

Torna sem Efeito na Resolução SEJUSP Nº 1149/2024, de 12 de Junho de 2024, publicada em 14/06/2024, a progressão referente ao servidor: Masp 1173843 / 2, EDIVAN JOSÉ DE SALES, por motivo de concessão indevida.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

24 2047223 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

ATO DE AVOCACÃO

O Diretor de Gestão Regional da Fundação Estadual do Meio Ambiente torna pública a avocação do Processo Administrativo abaixo indicado, observadas as demais disposições de trâmite neste órgão ambiental, conforme previsto nos incisos II e IV, §1º, do art. 17 do Decreto Estadual nº 48.707/2023:

1) Licenciamento Ambiental Trifásico (LAT) - Licença Prévia (LP): *Meteoric Caldeira Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido, Pilhas de rejeito/estéril, Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção e Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Caldas MG - PA nº 911/2024 - Classe 6.

(a) Fernando Baliani da Silva
Diretor de Gestão Regional.

24 2047499 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Central Areias e Construções Ltda, Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Itapeacerica - MG, Processo nº 1956/2025, com validade até 24/02/2035. 2) Auto Posto Conceição do Pará Ltda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Conceição do Pará - MG, Processo nº 1961/2025, com validade até 24/02/2035. 3) ACP Bioenergia Ltda, Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Luz – MG, Processo nº 1999/2025, com validade até 24/02/2035.

(a) Kamila Esteves Leal

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco

24 2047461 - 1

Pauta da 128ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas (URC NOR) do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam. Data: 13 de março de 2025, às 14h. Endereço virtual da reunião: https://www.youtube.com/channel/UCuU1iAb462m8py3C1jsJl4w 1. Abertura pelo Presidente da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas (URC NOR).

2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.

3. Comunicado dos Conselheiros.

4. Comunicado da Secretaria Executiva.

5. Exame da Ata da 127ª RO de 13/02/2025.

6. Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - Pecma. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

7. Processos Administrativos para exame do Recurso do Auto de Infração:

7.1 Luciano Rodrigues Branquinho/Fazenda Jiboia - Desmatar através do corte raso com destoca uma área de 146.1432 hectares de vegetação nativa de tipologia de cerrado senso stricto em área comum sem autorização do órgão ambiental - Apreensão: 4.482 m² de Lenha floresta nativa - Unai/MG - PA/CAP/Nº 792448/23 - AI/Nº 326272/2023. Apresentação: URFIS NOR. RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Leontino Monteiro dos Santos representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Sergio de Carvalho Coelho representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MG).

7.2 Luiz Carlos da Silva/Fazenda Vereda Grande Araras, Fazenda Galheiros Gleba 1 e Fazenda São Gonçalo Bonito ou Bocaina - Supressão com desmate e destoca de vegetação nativa referente ao bioma cerrado comum em cinco polígonos com a retirada do material lenhoso. A mensuração das áreas das intervenções totalizou 218,9048 hectares de desmate e um total de 3.649 m² de lenha - Formoso/MG - PA/CAP/Nº 799764/24 - AI/Nº 370021/2024. Apresentação: URFIS NOR. RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Leontino Monteiro dos Santos representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Sergio de Carvalho Coelho representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MG).

8. Processos Administrativos para exame do Recurso ao indeferimento de processo de intervenção ambiental:

8.1 Ronaldo Magessi Rocha e Outro - Paracatu/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0045884/2023-22 - Tipo de Intervenção: Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 177.8300 e supressão de 388 árvores - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha e supressão de 0 árvores. Fitofisionomia: Cerrado Sensu Stricto. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste.

8.2 Fabricio Cesar Paiva - Paracatu/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0019830/2021-42 - Tipos de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 1,0462 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 0,2104 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste.

8.3 Fabiane Cristina Diniz Pinheiro e Outro - Arinos/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0017017/2023-36 - Tipos de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 12,0496 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 3,4263 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste.

8.4 Idelfonso Ferreira Neto e Outros - Paracatu/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0039156/2023-94 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 117,2149 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste.

8.5 Valdeci Davi - Riachinho/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0014565/2023-86 - Tipos de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 150,7980 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 0,1386 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 306,6318 ha e supressão de 2485 árvores. Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha supressão de 0 árvores. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste.

9. Processos Administrativos para exame do Recurso ao arquivamento de processo de intervenção ambiental:

9.1 Valmir Quintino da Rocha - João Pinheiro/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0031316/2023-23 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 10,0000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado Stricto Sensu Ralo. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste.

9.2 Waldir Moreira de Andrade - Unai/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0058608/2022-51 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 27,7618 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste.

10. Assuntos gerais.

11. Encerramento.

Leonardo Monteiro Rodrigues
Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas

24 2047441 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licenças ambientais abaixo identificadas: 1) Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS Cadastro: *Combustíveis Santa Mônica Ltda – Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Uberlândia/MG - PA nº 3283/2022, Classe 2, Validade: 02/09/2032, do responsável Combustíveis Santa Mônica Ltda, CPF/CNPJ nº 26.336.092/0001-79, para o novo titular Rede Ed+ Parque Sabia Ltda, CPF/CNPJ nº 57.552.576/0001-89. *King Auto Posto Ltda -Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação – Uberlândia/MG - PA nº 274/2020, Classe 2, Validade: 24/01/2030, do responsável Combustíveis King Auto Posto Ltda, CPF/CNPJ nº 21.289.800/0001-44, para o novo titular Rede Ed+ Ipanema Ltda, CPF/CNPJ nº 57.651.520/0001-81.

(a) Bruno Neto de Ávila